Gestão e Desenvolvimento, 30 (2022), 505-523

https://doi.org/10.34632/gestaoedesenvolvimento.2022.11664

Data de receção: 30/07/2022
Data de aceitação: 31/08/2022

"A COR DA MINHA PELE ME DEFINE": EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL SOFRIDAS POR NEGROS

"THE COLOUR OF MY SKIN DEFINES MYSELF": EXPERIENCES OF RACIAL DISCRIMINATION SUFFERED BY BLACK PEOPLE

Eliany Nazaré Oliveira [1] *orcid.org/0000-0002-6408-7243*
Sabrina da Silva França [2] *orcid.org/0000-0003-1018-0159*
Ivan Gabriel Sousa Feijó [3] *orcid.org/0000-0002-1790-4386*
Francisca Verônica Dias Melo [4] *orcid.org/0000-0002-4794-7520*
Paulo Cesar de Almeida [5] *orcid.org/0000-0002-2867-802X*
Francisco Rosemiro Guimarães Ximenes Neto [6] *orcid.org/0000-0002-7905-9990*
Gleisson Ferreira Lima [7] *orcid.org/0000-0002-5465-2675*
Pollyanna Martins [8] *orcid.org/0000-0001-5885-1949*

Resumo: Objetivou-se analisar as experiências de discriminação racial sofrida por negros. Estudo exploratório, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa, recorte da pesquisa maior intitulada: Experiências de Discriminação Sofridas por Negros, realizada de

[1]Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: elianyy@hotmail.com
[2]Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).
E-mail: sabrinafranca480@gmail.com
[3]Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
E-mail: ivan.feijo.067@ufrn.edu.br
[4]Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).
E-mail: veronica.dias626@gmail.com
[5] Universidade Estadual do Ceará. E-mail: pc2015almeida@gmail.com
[6] Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: rosemironeto@gmail.com
[7] Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia.
E-mail: gleisson_nega@hotmail.com
[8] Faculdade Luciano Feijão. E-mail: pollysobral@yahoo.com.br

setembro a novembro de 2021, com 205 participantes negros/negras de estados brasileiros. O instrumento utilizado foi a Escala de Experiências de Discriminação, além da coleta de dados sociodemográficos, ambos por meio de formulário on-line. Destacaram-se, como maioria, participantes do sexo feminino, 71,4% (n=145); com faixa etária entre 20 e 25 anos, 59,0% (n=118); residentes no estado do Ceará, 75,9% (n=98). Com relação ao tratamento injusto relacionado à discriminação racial, observou-se que os participantes afirmam tomarem alguma atitude ao serem tratados injustamente, como, por exemplo, falam com outras pessoas. ser tratado injustamente. Voltando-se às experiências de discriminação, constatou-se que os negros costumam falar com outras pessoas ao sofrerem com alguma experiência de discriminação racial. Evidenciou-se que os participantes constantemente sofrem com experiências de discriminação racial em diversos espaços e as compartilham com outras pessoas. Os negros, também, se preocupam com o tratamento injusto que eles e outras pessoas sofrem em razão da cor e raça.

Palavras-chave: População Negra, Discriminação Racial, Experiências de Vida.

Abstract: The objective was to analyse the experiences of racial discrimination suffered by black people. Exploratory, descriptive, and cross-sectional study, with a quantitative approach, part of the larger research entitled: Experiences of Discrimination Suffered by Black People, carried out from September to November 2021, with 205 black participants from Brazilian states. The instrument used was the Scale of Experiences of Discrimination, in addition to the collection of sociodemographic data, both through an online survey. Most of the participants were female, 71.4% (n=145); aged between 20 and 25 years, 59.0% (n=118); residents in the state of Ceará, 75.9% (n=98). Regarding unfair treatment related to racial discrimination, it was observed that participants try something when being treated unfairly. As to the experiences of discrimination, it was found that black people usually talk to other people when they suffer from some experience of racial discrimination. It was evidenced that the participants constantly suffer from experiences of racial discrimination in different spaces and share them with other people. Black people are too concerned about the unfair treatment they and others suffer because of their colour and their race.

Keywords: Black People, Racial Discrimination, Experiences of Life.

1. INTRODUÇÃO

O racismo contra negros no Brasil, longe de ser uma questão nova, data de anos e acompanha a história do País. Além da questão escravista, tem-se, no período imperial, ação abolicionista que liberta o negro do trabalho forçado, mas não o assiste quanto às necessidades básicas e mínimas, privando-o do usufruto da cidadania (Biblioteca Nacional, 1988). Adiante, na Era Republicana, vê-se uma nação que favorece a vinda da mão de obra branca europeia, enquanto designa a população negra à realização dos serviços indesejados pelos cidadãos brancos, prática que também visava redução do número grande de negros existentes no país, mediante o processo de miscigenação (Gonçalves & Madeira, 2021).

No entanto, o tratamento fornecido à temática segue perfil inapropriado que ignora, omite e vela a realidade. Bento (2002) aponta para existência, no Brasil, do que foi denominado Democracia Racial que corresponde à falácia, empreendida por alguns estudiosos, a exemplo do sociólogo Gilberto Freyre, de que no país não há discriminação porque houve a miscigenação, o que finda apenas por eximir o branco de seu papel nessa questão e imputar ao negro e à escravidão os tratamentos desiguais e injustos experienciados.

Nessa perspetiva, um outro argumento utilizado para negar a realidade nacional de racismo embasa-se no princípio da comparação, como bem demonstra Guimarães (1995), ao apontar que muitos sociólogos declararam que tanto no Brasil quanto na América Latina não há racismo, mas preconceito de cor, pois nessas nações, não há segregação declarada, como a observada na história norte-americana.

Contudo, como prossegue o autor, para utilizar essa expressão, a cor de um indivíduo precisa carregar consigo um significado e, para tê-lo, faz-se necessária a existência de uma ideologia racista, pois, do contrário, a lógica não existiria. Deste modo, no contexto brasileiro, a cor faz, às vezes, referência à raça.

Todavia, não obstante o referido comportamento negacionista, o racismo se faz presente e perpetua-se, sendo de fácil observação nos inúmeros contextos em que se desenrolam as dinâmicas sociais. Hirsch et al. (2021, p. 2), ao discorrer sobre o contexto social brasileiro disposto à população negra, afirma que "são caudalosos os relatos, os registros e as provas de que ter a pele preta no Brasil é um risco demasiado. Quase

uma vulnerabilidade inata, uma comorbidade sem fundamento médico, mas apenas social e antropológico".

Corroborando a observação expressa anteriormente, Marques (2022), mediante o estudo acerca da relação entre a criminologia brasileira e o racismo, evidencia que o negro, no Brasil, por ocasião da construção e aplicação de teorias que o colocavam como detentor de suposta inferioridade que propiciava comportamentos ilegais, protagoniza, até os dias atuais, o ideário de criminoso, sendo constantemente alvo de tratamentos diferenciados na justiça, da suspeita e abordagem policial ao julgamento.

Ademais, o estudo de E. N. Oliveira et al. (2021) mostra que apesar do racismo estar presente em vários âmbitos como escolas, mercado de trabalho e nas ruas, ainda existem poucos estudos sobre esse fenômeno, o que dificulta as discussões acerca do assunto. Além disso, frequentemente, os negros são negligenciados e privados de direitos, sofrendo com empecilhos advindos da discriminação racial, como o tratamento injusto, tornando-se um público vulnerável.

Diante disso, de posse do entendimento de que as práticas racistas contra negros, em terras brasileiras, ainda que negadas, existem e impactam a vida dessa parcela populacional de modo próprio entre os membros, atesta-se a relevância deste trabalho para o alcance de melhor compreensão acerca da vivência desse fenômeno por jovens, além da construção de caminho de conhecimento que permitirá a outros pesquisadores elaborar novas e mais amplas discussões. Assim, pretende-se granjear com este estudo, cujo objetivo compreende analisar as experiências de discriminação racial sofrida por negros.

2. MÉTODO

Trata-se de recorte de pesquisa mais ampla intitulada Experiências de Discriminação Sofrida por Negros. O estudo foi do tipo exploratório, descritivo e transversal, com abordagem quantitativa, desenvolvido em âmbito nacional, de setembro a novembro de 2021.

A amostra foi constituída de 205 negros e negras de estados do Brasil. Os critérios de inclusão foram: possuir 18 ou mais anos, se autodeclarar negro/negra e ser residente de algum estado brasileiro. Como critérios de exclusão, negros que não fossem de estados brasileiros e não apresentassem interesse em participar do estudo e aqueles que responderam de forma incompleta ao instrumento.

Diante do cenário atípico causado pela pandemia do novo coronavírus e da obrigatoriedade do isolamento social, a identificação e abordagem dos participantes aconteceram nas redes sociais. Facebook, Instagram e WhatsApp foram as bases iniciais de contato com o público-alvo da pesquisa.

A técnica de coleta de dados utilizada foi a de Bola de Neve. De acordo com Flick (2009), esta técnica de coleta de dados é como a de um bom repórter que rastreia as 'pistas' de uma pessoa para outra. O instrumento de coleta de dados foi organizado e disponibilizado pelo Google Forms e teve facetas. A primeira, são as informações sociodemográficas; já a segunda, foi a Escala de Experiências de Discriminação, validada para utilização no Brasil por Fattore et al. (2016), dividida em cinco itens: resposta ao tratamento injusto; discriminação; preocupação; questões globais; e queixa apresentada.

Neste estudo, realizaram-se análises dos dados sociodemográficos, resposta ao tratamento injusto, por meio do questionamento: "já sofreu discriminação, foi impedido de fazer algo, foi perturbado ou feito sentir-se inferior", em alguma das nove situações listadas, por sua raça, etnia ou cor. As situações são: na escola, procurando emprego, no trabalho, procurando moradia, buscando atendimento médico, recebendo serviços em um restaurante ou loja, solicitando crédito, empréstimo bancário ou hipoteca, na rua ou em um local público, da polícia ou em tribunal da justiça. Para resposta positiva em cada situação, segue a pergunta sobre o número de vezes que isso aconteceu (com três opções de resposta: uma vez, duas ou três vezes, quatro ou mais vezes). O instrumento apresentou alta confiabilidade (avaliada pelo coeficiente alfa de Cronbach igual ou maior que 0,74, e coeficiente teste-reteste igual a 0,70), e alta validade (constatada pela mais alta correlação com um construto de discriminação basal, em comparação com outros instrumentos de aferição de experiências discriminatórias) (Fattore et al., 2016).

A Escala de Experiências de Discriminação foi publicada primeiramente em 1990, no estudo Coronary Artery Risk Development in Young Adults (CARDIA), sendo posteriormente reformulada e revalidada para população norte-americana (Krieger, 1999). No Brasil, o instrumento foi submetido a processos iniciais de tradução ao português, adaptação transcultural e validação das propriedades psicométricas, por meio de trabalho de base populacional em Salvador/Bahia. Nesse estudo, a Análise Fatorial Confirmatória (AFC)

revelou parâmetros satisfatórios de ajuste, elevadas cargas fatoriais e valores adequados de confiabilidade, confirmando a consistência interna da escala (Fattore, 2015; Fattore et al., 2016).

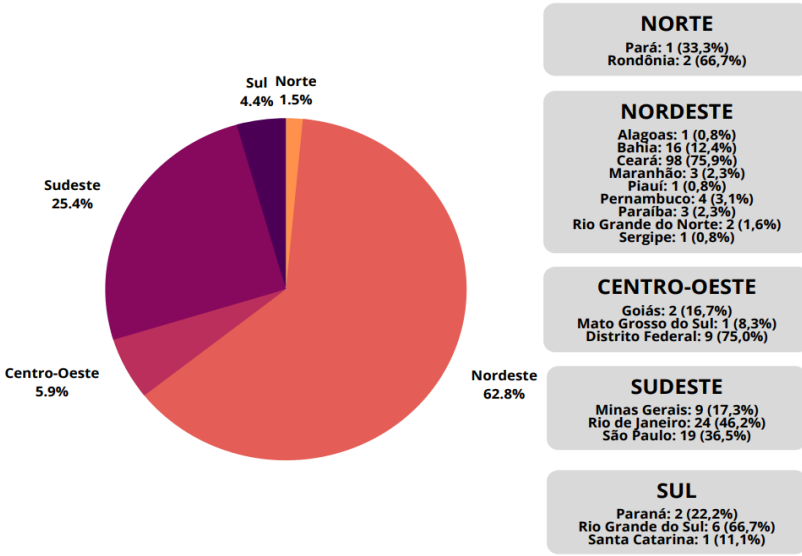
As validades convergente e discriminante foram avaliadas pela Variância Extraída (VME), a qual mede a quantidade da variância dos itens, explicada por um fator, em relação à variância resultante de erros de mensuração dos itens componentes (valores ≥ 0,5 são considerados satisfatórios), sendo ainda indicativa da validade convergente do fator, ao sugerir que ao menos 50% da variância da medida se deve à hipótese subjacente.

Esta pesquisa está pautada na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Seguindo as orientações da Circular n.º 2/2021/CONEP sobre pesquisas em ambientes virtuais, os instrumentos de coleta de dados foram disponibilizados pelo Google Forms. O Termo de Consentimento Livre foi apresentado ao possível participante da pesquisa, na segunda parte do formulário eletrônico do Google Forms, após leitura, este aceitou ou não participar do estudo, confirmando a anuência ou não nas opções: 1) Aceito participar da pesquisa ou 2) Não aceito participar da pesquisa. A pesquisa segue os pressupostos éticos do CNS e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Vale do Acaraú, de acordo com o parecer n.° 4.831.239.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho, para além da investigação voltada à discriminação sofrida por negros, comprometeu-se também em analisar o perfil sociodemográfico dos participantes. Conforme os dados, observa-se, inicialmente, na Figura 1, que a maior porção dos participantes - 62,8% (n=129) - pertencem à Região Nordeste, mais especificamente ao estado do Ceará, o qual abrange 75,9% (n=98) desta amostragem. Essa presença maciça tanto de nordestinos como de cearenses explica-se pelo fato de os pesquisadores envolvidos residirem nesta porção geográfica, o que contribuiu para maior divulgação e consequente captação desse público.

Figura 1
Percentagem de participantes por unidade federativa e região geográfica.



De acordo com a Tabela 1, 71,4% (n=145) dos participantes reconheceram-se como pertencentes ao sexo feminino, com faixa etária predominante - 59% (n=118) - entre o intervalo de 21 a 25 anos de idade. Esse último valor tem explicação no público-alvo definido pelo estudo, o qual compreendeu, entre outras especificidades, indivíduos jovens.

Com relação à escolaridade e ocupação, por sua vez, respetivamente, 70,8% dos integrantes (n=143) afirmaram possuir ensino superior e 53,6% (n=110) declararam-se estudantes. Esses números contêm em si natureza positiva, resultado que se pode supor das políticas afirmativas. Ademais, o fato de o segundo lugar em maior número de respostas no item escolaridade pertencer ao "ensino médio", com 20,3% (n=41), e o item ocupação ser preenchido por "trabalha", com 42% (n=86), representam, junto aos valores referidos, bons indicadores.

Tabela 1
Distribuição do número de participantes, segundo variáveis sociodemográficas

Variáveis	N	%
Sexo[a]		
Masculino	145	71,4
Feminino	58	28,6
Faixa Etária[b]		
18-20	54	27
21-25	118	59
26-58	28	14
Escolaridade[c]		
Ensino Fundamental	4	2
Ensino Médio	41	20,3
Ensino Superior	143	70,8
Pós-Graduação	14	6,9
Ocupação		
Estudante	110	53,6
Trabalha	86	42
Não Trabalha	9	4,4

[a]Os dados de dois participantes não foram computados, por ocasião de erro no sistema ou não adequação aos critérios de inclusão. [b]Os dados de cinco participantes não foram computados por ocasião de erro no sistema ou não adequação aos critérios de inclusão. [c]Os dados de três participantes não foram computados por ocasião de erro no sistema ou não adequação aos critérios de inclusão.

No entanto, a presença de 2% dos integrantes (n=4) com apenas o ensino fundamental dentro da faixa etária considerada, a qual, comumente, encontra-se atrelada ao perfil etário de estudantes de níveis superiores e/ou trabalhadores. Essa informação vai ao encontro da matéria de Palhares (2020), publicada pelo jornal *A Folha de S. Paulo*, a qual mostrou que a taxa de jovens negros em situação de evasão escolar é maior do que entre indivíduos da mesma idade, porém, de pele branca. A notícia prossegue apresentando os possíveis motivos e, dentre os citados, identifica-se o racismo que impacta, também, o âmbito educacional, sob a forma de discriminação e ausência de políticas de incentivo, além da desigualdade de renda que obriga o negro a adentrar precocemente o mercado de trabalho para auxiliar a família.

Tabela 2

Apresentação dos dados sociodemográficos em relação ao questionamento "Se você sente que é tratado injustamente, você geralmente"

	Aceita o fato		Tenta alguma coisa	
Variáveis	N°	%	N°	%
Sexo				
Feminino	10	17,2	48	82,8
Masculino	16	11,0	129	89,0
Faixa Etária				
18-20	8	14,8	46	85,2
21-25	16	13,6	102	86,4
26-58	2	7,1	26	92,9
Escolaridade				
Ensino Fundamental	2	50,0	2	50,0
Ensino Médio	2	4,9	39	95,1
Ensino Superior	20	14,0	123	86,0
Pós-Graduação	2	14,3	12	85,7
Ocupação				
Estudante	14	12,7	96	87,3
Trabalha	11	12,9	74	87,1
Não Trabalha	1	11,1	8	88,9

Neste estudo, também se investigou sobre tratamento injusto e experiências de discriminação. Quanto ao comportamento em relação ao tratamento injusto, 12,7% (n=26) dos participantes assinalaram aceitar o fato ao sentir que estão sendo tratados injustamente, enquanto 87,3% (n=178) tentam alguma coisa, conforme Tabela 2. O racismo estrutural é real e atinge milhares de pessoas no Brasil. Para Batista (2018), o racismo encontra-se institucionalizado no imaginário nacional brasileiro. A estrutura social é racista, pode-se observar em todos os espaços negros em condição subalternada, ora por violência estrutural (ausência de direitos), ora por violência cultural (suposta incapacidade ou incivilidade). Assim, pode-se compreender e até justificar alguns comportamentos de homens e mulheres negras. Muitos cresceram naturalizando muitas formas de tratamento injusto, alguns nem percebem o grau de violência imposta (Almeida, 2018).

Os resultados da Tabela 2 mostram que ao sentirem que estão sendo tratados injustamente pela raça ou cor, os participantes que concluíram o ensino fundamental, 50% (n=2), aceitam o fato e 50% (n=2) tentam alguma coisa. Os com ensino médio completo, 4,9% (n=2), aceitam o fato e 95,1% (n=39) tentam alguma coisa. Aqueles com ensino superior completo, 14,0% (n=20), aceitam o fato e 86,0% (n=123) tentam alguma coisa. Já os participantes com pós-graduação, 14,3% (n=12), aceitam o fato e 87,1% (n=176) tentam alguma coisa.

A partir dos resultados apresentados, observa-se que quanto maior a escolaridade, mais crescem as percentagens referentes àqueles participantes que falam com outras pessoas ao serem tratados injustamente. Assim, como destacado no estudo de Gomes et al. (2021), dentro do ambiente escolar, são criados vários debates acerca do racismo, visando diminuição de situações que firam a integridade do negro. No Brasil, a luta antirracista iniciou-se a partir dos anos 1970 e desde então vem se formando movimentos sociais negros para buscar melhorias ou até mesmo sanar práticas de discriminação racial (Pereira & Lima, 2019). O fato de a temática ser mais discutida atualmente se justifica pelas lutas antirracistas que acontecem historicamente, as quais podem explicar, também, o fato de os participantes desta pesquisa quererem compartilhar com outras pessoas momentos em que são discriminados.

Na variável ocupação, apresenta-se que os estudantes, 87,3% (n=96) da amostra, tentam alguma coisa ao serem tratados injustamente. Os dados reforçam a literatura citada. A partir do estudo, também se verificou que, em caso de estarem sendo tratados injustamente, os participantes, geralmente, dialogam com outras pessoas, conforme Tabela 3.

Tabela 3

Apresentação dos dados sociodemográficos e a relação com o questionamento "Se você está sendo tratado injustamente, você geralmente"

	Fala com outras pessoas		Guarda isso	
Variáveis	N°	%	N°	%
Sexo				
Feminino	36	62,1	22	37,9
Masculino	117	80,7	28	19,3
Faixa Etária				
18-20	44	81,5	10	18,5
21-25	86	72,9	32	27,1
26-58	20	71,4	8	28,6
Escolaridade				
Ensino Fundamental	2	50,0	2	50,0
Ensino Médio	34	82,9	7	17,1
Ensino Superior	104	72,7	39	27,3
Pós-Graduação	12	85,7	2	14,3
Ocupação				
Estudante	85	77,3	25	22,7
Trabalha	63	74,1	22	25,9
Não Trabalha	6	66,7	3	33,3

Segundo Jesus (2018), há, no Brasil, um racismo que é constantemente atualizado, e, com isso, contribui de forma direta com a produção e reprodução de discriminações da população negra, agindo, sobretudo, de modo a inviabilizar e silenciar estas pessoas, ao fazer com que haja um silenciamento de quem denuncia práticas racistas e possibilitando a perpetuação dessas atitudes. Devido a isto, pode-se observar o porquê 37,9% (n=22) dos homens e 19,3% (n=28) das mulheres, parte significante da população entrevistada neste estudo, afirmam guardar para si o sofrimento por parte do racismo, frente a compartilhar com outras pessoas.

Porém, mesmo diante do silenciamento e da inviabilização de pessoas negras no Brasil, viu-se, desde a época colonial, como ocorreram levantes, denúncias e resistências contra a opressão imposta a esta população, como através de quilombos. Hoje, outras formas de resistência são construídas pela negritude brasileira, principalmente pela juventude, por meio da arte (Silverio et al., 2020; Correia, 2021), de movimentos culturais (M. N. da Silva, 2006; Almeida, 2013),

sobretudo, com objetivo de fortalecer esta população diante da sociedade racista.

Isso pode explicar o porquê, mesmo diante de número considerável de jovens negros que são silenciados diante do racismo, parcela ainda maior tem sido resistência frente a este fenômeno, como mostram os resultados do referido estudo, em que 62,1% (n=36) dos homens e 80,7% (n=117) que afirmam falarem com outras pessoas em situações que estão sendo tratados de forma injusta.

A partir da Tabela 3, também pôde-se observar que a maioria das pessoas que afirmam falar com outras pessoas sobre situações de injustiça, isto é, 104 participantes, possuem ensino superior completo. Isto pode ocorrer por conta do ambiente acadêmico proporcionar, de forma mais direta, o tensionamento, a discussão e a reflexão crítica sobre as questões e demandas acerca da realidade das relações raciais no Brasil (Z. Martins et al., 2018).

Na Tabela 4, por sua vez, pode-se observar em quais situações os participantes do estudo afirmaram ter sofrido experiências de discriminação. Destaca-se que os jovens relataram já terem sofrido experiências discriminatórias em diversas situações, como na escola, em serviços de saúde, restaurantes, ou ao procurar emprego, indo ao encontro do estudo realizado por Monteiro e Cecchetto (2009) com jovens negros moradores do Rio de Janeiro, que discorrem sobre experiências discriminatórias vividas em diversos espaços da sociedade.

Tabela 4

Apresentação das situações relacionadas à experiência de discriminação

	Nunca		Uma vez		2 a 3 vezes		4 ou + vezes	
Variáveis	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Na escola	31	15,4	22	10,9	64	3,8	84	41,8
Ao procurar emprego	86	46,0	27	14,6	47	22,7	35	16,7
Ao comprar uma casa	172	88,2	14	7,2	6	3,1	3	1,5
Procurando cuidados médicos	102	51,5	47	23,7	32	16,2	17	8,6
Em restaurantes	40	20,1	34	17,1	58	29,1	67	33,7
Ao fazer um empréstimo	145	74,4	19	9,7	15	7,7	16	8,2
Estabelecimento público	20	10,0	38	19,0	56	28,0	86	43,0
Pela polícia ou no fórum	102	51,5	38	19,2	25	12,6	33	16,7

Em relação às situações experienciadas pelos participantes deste estudo, a mais apontada foi a escola, em que 15,4% (n=31) relataram nunca terem sofrido discriminação, ao contrário de 10,9% (n=22) que sofreram uma vez; 31,8% (n=64), duas a três vezes; e 41,8% (n=84) que relataram terem sofrido quatro ou mais situações de discriminação no ambiente escolar. Em estudo realizado por Ferreira e Camargo (2011), uma aluna negra relatou ter a sensação de não conseguir acompanhar o conteúdo ensinado, sobretudo por conta da discriminação sofrida, e por perceber que não recebia a mesma atenção que outros alunos brancos, por parte dos professores. Os autores apontam a escola como um dos espaços em que a discriminação contra pessoas negras é mais desenvolvida. Além disso, segundo C. M. Martins et al. (2021), um ambiente no qual o estudante não se sente seguro, dificilmente se tornará um local de aprendizagem, assim, práticas de discriminação terão influência no desenvolvimento do aluno.

Em seguida, os participantes deste estudo relataram ter sofrido discriminação em restaurantes, em que 20,1% (n=40) apontaram nunca ter vivenciado evento discriminatório, em oposição a 17,1% (n=34) que sofreram uma vez; 29,1% (n=58), duas a três vezes; e 33,7% (n=67), quatro ou mais vezes; como também em estabelecimentos públicos, em que 10% (n=20) nunca sofreram discriminação, mas 19% (n=38), uma vez; 28% (n=56), duas a três vezes; e 43% (n=86), quatro ou mais vezes. Isto pode ocorrer devido ao fato de que a população negra no Brasil, em maioria, recebe conotações negativas por parte da sociedade, e, por isso, muitas vezes, não conseguem frequentar alguns ambientes da cidade (J. D. Oliveira & Bortolucci, 2019): "o espaço urbano e social que o negro ocupa não é o mesmo do branco. A separação é evidente, embora haja um permanente controle para que possa parecer que todos têm o mesmo tipo de acesso a algo de interesse" (M. N. da Silva, 2006, p. 70).

Parte considerável da juventude negra participante do referido estudo também relatou ter sofrido discriminação ao procurar emprego, em que 46% (n=86) nunca foi discriminada nesta situação, ao contrário de 14,6% (n=27) que sofreu uma vez; 22,7% (n=47), duas a três vezes; e 16,7% (n=35), quatro ou mais vezes. Em pesquisa realizada por Priori (2020), observa-se como o racismo é determinante dentro do mercado de trabalho, em que pessoas negras, muitas vezes, evitam procurar emprego em determinados lugares, como em shopping, por acreditarem não estarem de acordo com o perfil físico escolhido pelas lojas, ou seja,

de pessoa com pele branca. Outro estudo realizado por Rocha and Campos (2021) apresenta o relato de uma mulher jovem negra que enviou o currículo para concorrer à vaga de vendedora de loja sem fotografia, mas teve as fotos pessoais solicitadas pela empresa para análise à vaga, e, ao enviá-las, não obteve mais retorno por parte da empregadora.

Além disso, observa-se que a maioria relatou nunca ter sofrido discriminação em outras situações, como ao comprar uma casa, em que 88,2% (n=172) apontaram nunca ter experienciado evento discriminatório, ou fazer um empréstimo financeiro, com 74,4% (n=145). Isto pode ocorrer devido ao fato de que grande parte da população nesta faixa etária ainda está ingressando no mundo do trabalho e iniciando a vida autônoma, e, por isso, não consegue comprar casa nem necessita fazer empréstimo financeiro (Abrantes & Bulhões, 2016).

Aspeto que merece destaque diz respeito ao fato de que parte dos participantes apontaram ter sofrido discriminação pela polícia ou no fórum, com 19,2% (n=38) que sofreu uma vez; 12,6% (n=25), duas a três vezes; e 16,7% (n=33), quatro ou mais vezes; ao contrário de 51,2% (n=102) que relatou nunca ter sofrido. De acordo com Amar (2005), a cor da pele é fator determinante no modo como acontece (e se acontece) a abordagem policial no país, já que há o processo de filtragem racial, isto é, tendência à identificação de pessoas supostamente suspeitas, tendo como base o critério racial.

Configura-se, assim, o processo de filtragem racial ou *racial profiling*, termo empregado notadamente nos Estados Unidos para descrever as "práticas racialmente tendenciosas de identificação de suspeitos" ou, mais especificamente, o fato de a cor da pele ser fator determinante na decisão da abordagem policial.

De acordo com a Tabela 5, vários negros sofreram pelo menos uma vez com experiências de discriminação racial. Com relação à faixa etária de 21 a 25 anos, que corresponde ao maior número de participantes, 28,0% (n=33) foram discriminados racialmente uma vez; 47,5% (n=56), duas ou três vezes; 17,8% (n=21), quatro ou mais vezes; contra minoria de 6,8% (n=8) de jovens que nunca sofreram discriminação racial.

Relacionando os dados acima com os da Tabela 4, observa-se que desde crianças, principalmente no ambiente escolar, a vivência do negro é marcada por experiências de interações sociais em que sofrem com a

discriminação racial, mediante apelidos ou sendo tratados de forma injusta, em que, deste modo, o racismo vai sendo evidenciado (S. S. Silva et al., 2020), indo ao encontro deste estudo no qual mostra que o ambiente escolar é o mais apontado nas experiências de discriminação.

Para Hirsch et al. (2021), até os dias atuais, a população negra sofre com as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho, seja na procura por emprego, como no salário injusto, seja em instituições privadas ou públicas, a cor da pele ainda influencia. Como evidenciado nos resultados, o mercado de trabalho é um dos ambientes que mais se destaca como local gerador de situações de discriminação racial.

Além disso, Monteiro e Cecchetto (2009) acrescentam que os espaços públicos e as ruas se mostram como locais propícios a acontecerem situações de discriminação racial, principalmente com jovens negros do sexo masculino. Ademais, os negros integram o principal público vítima de homicídios, ou seja, a classe e cor têm impacto na forma de tratamento e, na nossa sociedade, de maneira errônea, acabam se tornando critério para determinar um criminoso.

Tabela 5

Apresentação dos dados sociodemográficos em relação às experiências de discriminação

	Nunca		Uma vez		2 ou 3 vezes		4 ou + vezes	
Variáveis	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Sexo								
Masculino	25	43,1	16	27,6	13	22,4	4	6,9
Feminino	32	22,1	74	51,0	27	18,6	12	8,3
Faixa Etária								
18-20	17	31,5	25	46,3	8	14,8	4	7,4
21-25	33	28,0	56	47,5	21	17,8	8	6,8
26-58	6	21,0	8	28,6	11	39,3	3	10,7
Escolaridade								
Ensino Fundamental	1	25,0	2	50,0	0	0,0	1	25,0
Ensino Médio	9	22,0	24	58,5	4	9,8	4	9,8
Ensino Superior	43	30,1	58	40,6	32	22,4	10	7,0
Pós-Graduação	3	21,4	6	42,9	5	35,7	0	0,0
Ocupação								
Estudante	35	31,8	47	42,7	23	20,9	5	4,5
Trabalha	20	23,2	42	48,8	16	18,6	8	9,3
Não Trabalha	2	22,2	2	22,2	2	22,2	3	33,3

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, evidencia-se que o negro constantemente sofre com experiências de discriminação racial em diversos espaços e compartilham essas vivências com outras pessoas. Os negros, também, se preocupam com o tratamento injusto que eles e outras pessoas sofrem em razão da cor e raça.

Apesar de ser assunto de relevância, existem poucos estudos que abordam a temática, porém é necessário ser pautado. O ambiente escolar mostrou-se como espaço propício a acontecer atos de discriminação racial, como também palco para o levantamento de pautas antirracistas. Assim, abordar o assunto em um ambiente onde os adolescentes estão frequentemente inseridos, pode facilitar a procura de ajuda vinda de profissionais ou outros colegas.

As limitações deste estudo referem-se à impossibilidade de aprofundamento dos aspetos subjetivos experimentados pelos participantes. O instrumento utilizado não garantiu uma compreensão mais profunda das experiências sociais enfrentadas no dia-a-dia pelos indivíduos que aceitaram participar do estudo.

Por fim, salienta-se que o estudo mostra o fato do negro se preocupar com tratamentos injustos, assim, não se sentem seguros ou representados. Portanto, destaca-se que esta realidade pode ter impacto sobre a saúde psicológica, emocional e física de negros e negras e, consequentemente, ocasionar estado de estresse, com diversos efeitos deletérios. Assim, é imprescindível a criação de políticas públicas voltadas à juventude negra, de modo a fortalecer as redes de proteção social e diminuir as vulnerabilidades vivenciadas, a partir da discriminação racial.

REFERÊNCIAS

Abrantes, A. A., & Bulhões, L. (2016). Idade adulta e o desenvolvimento psíquico na sociedade de classes: juventude e trabalho. In L. M. Martins; A. A. Abrantes & M. G. D. Facci (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice* (pp. 241-266). Campinas: Autores Associados.

Almeida. S. L. de (2018). *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento.

Amar, P. (2005). Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In S. Ramos, & L. Musumeci. (Orgs.). *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro* (pp. 229-281). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Batista, W. M. (2018). A inferiorização dos negros a partir do racismo estrutural. *Revista Direito e Práxis*, *9*(4), 2581-2589. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/36867

Bento, M. A. S. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia Social do Racismo - estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-28). www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf.

Biblioteca Nacional. (1988). Para uma história do negro no Brasil. Rio de Janeiro: [s.n.]. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf.

Correia, G. M. (2021). *A denúncia ao racismo em letras de músicas brasileiras: uma análise linguística e discursiva* (Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Federal do Espírito Santo, Venda Nova do Imigrante). https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/1106.

Fattore, G. L. (2015). *Discriminação racial auto referida, stress psicossocial e sintomas asmáticos em crianças de Salvador* (Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador). https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17920.

Fattore, G. L.,Teles, C. A., Santos, D. N., Santos, L. M., Reichenheim, M. E., & Barreto, M. L. (2016). Validade de constructo da escala Experiences of Discrimination em uma população brasileira. *Cad. Saúde Pública, 32*(4), 1-14. https://doi.org/10.1590/0102-311X00102415

Ferreira, R. F., & Camargo A. C. (2011). As relações cotidianas e a construção da identidade negra. *Psicologia: Ciência e Profissão, 31*(2), 374-389. https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000200013

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Gomes, N. L., Silva, P. V. B. da, & Brito, J. E. de (2021). Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade, 42*, 1-14. https://doi.org/10.1590/ES.258226

Gonçalves, R., & Madeira, M. Z. de A. (2021). Do racismo estrutural às lutas antirracistas: resistências negras no Brasil. *O Público e o Privado, 19*(40), 9-23. https://doi.org/10.52521/19.7477

Guimarães, A. S. A. (1995). Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos, 3*(43), 26-44. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod_resource/content/1/ASG_racismo_e_anti_racismo_NE%2043_1995.pdf.

Hirschi, F. P. de A., Hirschi, C. C. P. B., & Monteiro, M. C. B. B. (2021). Políticas Públicas Versus Racismo Estrutural e Necropolítica no Brasil. *Revista de Direito, 13*(3), 1-17. https://doi.org/10.32361/2021130311663

Jesus, R. E. de (2018). Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: esteriótipos, silenciamento e invisibilização. *EDUR*, (34), 1-18. https://doi.org/10.1590/0102-4698167901

Krieger, N. (1999). Embodying inequality: a review of concepts, measures and methods for studying health consequences of discrimination. *Internacional Journal Health Services, 29*(2), 295-352. https://doi.org/10.2190/M11W-VWXE-KQM9-G97Q

Marques, G. H. L. (2022). Criminologia e relações étnico-raciais no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE, 8*(4), 1038-1054. https://doi.org/10.51891/rease.v8i4.5117

Martins, C. M., Marques, R. T., Linharelhos, M., & Martins, I. C. (2021). Sentir-se seguro e amado na escola: gentle teaching em contexto educativo. *Gestão e Desenvolvimento, 29*(2021), 133-158. https://doi.org/10.34632/gestaoedesenvolvimento.2021.9784

Martins, Z., Basthi, A., Julie, R., Moura, A., & Michelle, L. (2018). Do racismo epistêmico às cotas raciais: A demanda por abertura na universidade. *Revista Eco-Pós*, *21*(3), 122–146. https://doi.org/10.29146/eco-pos.v21i3.20276

Monteiro, S., & Ceccheto, F. (2009). Cor, gênero e classe: dinâmicas da discriminação entre jovens de grupos populares cariocas. *Cadernos pagu, 32*, 301-329. https://doi.org/10.1590/S0104-83332009000100010

Oliveira, E. N., França, S. S., Silva, E. N., Rodrigues, C. S., Ziesemer, R. P. M., Feijó, I. G. S., Neto, F. R. G. X., Vasconcelos, M. I. O., Aragão, J. M. N., Costa, M. S. A., Lima, G. F., & Furtado, J. S. (2021). Discriminação Racial de jovens negros no Brasil: revisão integrativa. *Research, Society and Development, 10*(14), e214101422013. http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i14.22013

Oliveira, J. D., & Bortolucci, M. A. (2019). Neste Espaço Preto não circula!: conflitos urbanos no pós-abolição. *Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, 17*(3), 132-144. https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v17i3p132-144

Palhares, I. (2020, 15 de julho). Negros são 71,1% dos jovens que abandonam a escola no Brasil. *Folha de S. Paulo*. https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml

Pereira, A. A., & Lima, T. C. S. de (2019). Performance e Estética nas Lutas do Movimento Negro Brasileiro para Reeducar a Sociedade. *Revista Brasileira de Estudos da Presença, 9*(4), 1-30. https://doi.org/10.1590/2237-266091021

Priori, J. (2020). Mercado de trabalho, racismo e consumo: trabalhadores negros em shoppings centers. *Contemporânea, 10*(1), 351-356. http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.140

Rocha, G. S., & Campos, M. de C. (2021). Labor Market and racism: view of graduates from the racial quota system of the Universidade Estadual de Londrina. *Geopauta, 5*(3), 1-17. https://doi.org/10.22481/rg.v5i3.e2021.e8071

Silva, M. N. da (2006). *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília: Fundação Cultural Palmares.

Silva, S. S., Feijó, L. P., Farias, T. M., & Poletto, M. (2020). Parecer Branco para não Ser discriminado? Revisão Sistemática sobre Estratégias de Embranquecimento. *PSI UNISC, 4*(2), 114-130. https://doi.org/10.17058/psiunisc.v4i2.14829

Silverio, D., Nunes, K. C., Silva, R. A. da, & Oliveira, V. B. de M. (2020). Resistência e denúncia contra o racismo/machismo nas vozes de poetas mulheres negras. *Travessias, 14*(3), 223-236. https://doi.org/10.48075/rt.v14i3.26349